

# Objetivos, contradições e atuação da África do Sul no G20

## Objectives, contradictions and performance of South Africa in the G20

Leonardo César Souza Ramos\*

Rodrigo Corrêa Teixeira\*\*

Márcia de Paiva Fernandes\*\*\*

Rafaella de Oliveira Carnevali\*\*\*\*

---

Boletim Meridiano 47 vol. 13, n. 132, jul.-ago. 2012 [p. 46 a 52]

### Introdução

Para muitos, a África do Sul, na condição de único país africano membro do G20, seria o grande representante dos interesses do continente em tal fórum – embora não tenha recebido formalmente esta função. Tal representatividade, por sua vez, coloca a África do Sul em uma posição controversa, considerando a diversidade que caracteriza o continente africano e as críticas sofridas pelo país com relação à sua política para com o continente e, em especial, para com os países vizinhos na África Austral. Além disso, a política externa sul africana é marcada por traços de incoerência e contradição, principalmente em relação aos seus interesses econômicos, à globalização e ao neoliberalismo. O país defende opiniões distintas sobre tais questões perante os países do Norte e do Sul, o que afeta sua atuação em foros multilaterais, como o G20. Assim, busca-se aqui apresentar os problemas gerados pelas diferentes posições assumidas pelo país sobre as questões econômicas internacionais para, posteriormente, abordar sua atuação no G20, enfatizando a questão da suposta representação da África exercida pelo país.

### O paradoxo na política externa sul africana

A política externa sul africana busca obter vantagens econômicas em um contexto de neoliberalismo visando modificar algumas das falhas deste sistema, sem, contudo, apresentar ideias que poderiam ameaçá-lo. Ou seja, a África do Sul não é contra a ordem econômica internacional vigente e seu relacionamento com as potências ocidentais evidencia isso. Por outro lado, o país também levanta críticas sobre os maiores problemas do modelo neoliberal, principalmente para os países do Sul, defendendo assim uma reforma da ordem econômica internacional

---

\* Líder do Grupo de Pesquisa dos Países Emergentes da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC-Minas. (lcsramos@pucminas.br)

\*\* Membro do Grupo de Pesquisa dos Países Emergentes da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC-Minas. (rteixeira@pucminas.br)

\*\*\* Membro do Grupo de Pesquisa dos Países Emergentes da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC-Minas. (marcia\_fernandes14@hotmail.com)

\*\*\*\* Membro do Grupo de Pesquisa dos Países Emergentes da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC-Minas. (rafaella\_63@hotmail.com)

que a torne mais justa e igualitária (TAYLOR; WILLIAMS, 2006). Tais críticas são feitas pela África do Sul em instituições internacionais em que os países do Sul são mais representados, como a UNCTAD, e em coalizões específicas, como o BRICS.

Introduzida formalmente em abril de 2011 no BRICS, a África do Sul possui, entre os membros, o menor PIB e as menores população e extensão territorial. Mesmo que alguns de seus interesses sejam semelhantes aos das potências emergentes do grupo, existem também grandes divergências e, por isso, não há um total alinhamento da política externa sulafricana com os demais membros do BRICS (SIDIROPOULOS, 2009). Tal fato pode ser exemplificado pelo voto favorável do país à zona de exclusão aérea na Líbia em 2011, assim como os EUA, o Reino Unido e a França, enquanto os demais membros do BRICS se abstiveram (The Economist, 2011).

A atuação da África do Sul no Conselho de Segurança da ONU também exemplifica a imprevisibilidade de sua política externa. O histórico de votação do país nesta instância demonstra uma falha em sustentar e apoiar os direitos humanos, além de contradizer, em muitos momentos, seu legado “anti-*apartheid*” ao votar a favor de regimes párias. Porém, a África do Sul ainda é, ao menos para os padrões ocidentais, percebida como uma forte defensora dos direitos humanos e da democracia e se vê como executora da chamada “solidariedade africana”, tentando utilizar seu status para reformar a sociedade internacional. Portanto, a política externa sul africana possui fortes traços de contradição e de inconsistência, o que levaria a uma perda de credibilidade e do potencial de influência internacional (PETRÉ, 2011).

Tais questões demonstram grande dilema da África do Sul: Domesticaamente, o governo do país mostra-se crítico em relação à globalização neoliberal devido a questões políticas – principalmente para não perder o apoio do Partido Comunista Sul Africano e dos sindicatos de trabalhadores – ao passo que, externamente, segue os princípios neoliberais para, por exemplo, atrair investimentos externos. Portanto, sua estratégia é permanecer na ordem neoliberal para, assim, conseguir investimentos externos que, por sua vez, garantam a execução de determinadas políticas no âmbito doméstico (BISCHOFF, 2003).

A África do Sul age como uma potência média que defende reformas técnicas nas instituições internacionais das quais participa, o que a caracteriza como uma potência reformista nos assuntos internacionais justamente por sua incapacidade de efetuar mudanças reais na distribuição de poder (BISCHOFF, 2003). Assim, o país se apresenta como um “apaziguador” das diferenças entre o Norte e o Sul frente às potências ocidentais, enquanto, ao mesmo tempo, busca representar os interesses dos países do Sul, especialmente os dos africanos. Portanto, esta posição lhe permite se apresentar internacionalmente como crítica – em uma parceria com o Sul – das desigualdades que caracterizariam a atual ordem mundial. Deste modo, o governo sul africano mantém seu papel de mediador entre Norte e Sul, demonstra internacionalmente que é um bom administrador econômico e permanece integrado com as potências (TAYLOR; WILLIAMS, 2006).

Neste contexto o diálogo com os países desenvolvidos e com os demais países africanos é fundamental. Para os países do Norte tal posição intermediária daria ao país um importante papel nas questões econômicas e políticas. Já o restante do continente africano reconhece em alguma medida o potencial sulafricano de agir como um intermediário entre eles e os países desenvolvidos com relação às dívidas e aos investimentos. Esse quadro leva a África do Sul a atuar de maneira reformista e a exercer maior influência internacional, especialmente dentro do continente africano (BISCHOFF, 2003):

Para um país médio como a África do Sul, as relações externas ocorrem em dois níveis: com o mundo desenvolvido em um nível intensivo, sistemático e orientado ou funcional; e com os estados em desenvolvimento, especialmente os do resto da África, ao longo de um nível extenso, circunstancial, seletivo e frequentemente muito politizado (BISCHOFF, 2003, p. 188).

Contudo, é importante destacar que, neste processo, a África do Sul, embora apresente certas críticas ao modelo neoliberal, na verdade não o questiona abertamente. Como exemplo disto, pode-se citar a crítica realizada pela

África do Sul ao não cumprimento das regras do livre comércio pelas potências, que, ao contrário, são acusadas de adotar barreiras mercantilistas para a entrada de produtos externos em seus mercados. A questão, neste caso, não se refere ao não reconhecimento das falhas do sistema, mas sim da legitimação do livre comércio, e, portanto, do neoliberalismo, ao defender a eliminação de barreiras. Assim, a África do Sul contribui para a perpetuação do sistema neoliberal e de todas as suas falhas, além de tentar persuadir determinados países do Sul a aceitar tal sistema, bem como a aceitar algumas das agendas propostas pelos países do Norte (TAYLOR; WILLIAMS, 2006). Passemos, agora, para a forma pela qual tais ambivalências se expressam no G20.

## A atuação da África do Sul no G20: A tentativa de representar um continente

Por ser o único país africano presente no G20, a África do Sul se vê no papel de representados interesses de todo o continente. Porém, formalmente, esta função nunca lhe foi atribuída pelos países africanos ou pelos demais países e isto gera, em alguns momentos, tensões entre a África do Sul e o restante da África.

Tal reconhecimento por grande parte de alguns países, em especial de algumas potências ocidentais, ocorre principalmente devido à existência no país de alguns aspectos peculiares, tais como o reconhecimento, pela Europa e pelos EUA, de que sua posição reformista seria benéfica para os interesses de tais países na África. Não obstante, a delicadeza de tal situação leva o governo sul africano a ser cauteloso e afirmar que procura atender não somente aos interesses africanos, mas também aos dos países emergentes representados no G20 (DRAPER; SIDIROPOULOS; LEICHER, 2010). Este comportamento pode ser explicado pela ausência de amplos recursos humanos e financeiros que possam ser totalmente empregados para a liderança sul africana no continente (TAYLOR; WILLIAMS, 2006), mas também é útil para evitar que a África do Sul seja acusada de tentar controlar os demais países africanos através de sua participação no G20. Porém, algumas declarações oficiais sul africanas demonstram que o país busca representar a África, como no pronunciamento do presidente sul africano, Jacob Zuma, realizado em uma reunião preparatória para a cúpula do G20 em 2009:

Como África nós trazemos para a cúpula do G20 a mensagem principal que nós devemos agir juntos como mundo desenvolvido e em desenvolvimento, promover parcerias internacionais mais fortes, mais efetivas e mais igualitárias para o crescimento e o desenvolvimento (ZUMA apud BOULLE, 2011, p. 137).

Tais questões nos remetem à emergência da África do Sul como potência regional no continente africano no período pós-1994. Tal questão pode ser explicada por diversos fatores, dentre eles um considerável aumento do capital investido na África, resultado da reintegração dos direitos comerciais da África do Sul no sistema de comércio mundial, após as décadas de ostracismo internacional derivadas do regime de *apartheid*. O regresso da África do Sul à respeitabilidade internacional coincidiu com o fim da Guerra Fria, com o colapso da União Soviética e dos países socialistas do Leste Europeu (DANIEL et al, 2003) e também com a consolidação do multilateralismo, difundido pelos países ocidentais. Esse quadro abriu espaço para África do Sul buscar e defender sua inclusão, bem como para demonstrar que sua nova configuração democrática era capaz de defender os interesses dos países do Sul na configuração do sistema econômico internacional. Esses objetivos justificam algumas iniciativas, tais como seu incentivo a promoção de governos de coalizão e ao respeito aos direitos humanos, bem como a tentativa de construir coalizões multilaterais nos níveis internacional, transnacional e continental (BISCHOFF, 2003).

Assim sendo, aproveitando-se de suas vantagens competitivas (capital a ser investido, marketing, *know-how*, avançada infraestrutura pública e recursos humanos), o capital privado sul africano usou como impulso a nova liberalização econômica e a desregulamentação para explorar as oportunidades de negócios na África (DANIEL et al. 2003). Além disso, a África do Sul também buscava ser reconhecida como uma das lideranças na construção de uma nova ordem mundial mais justa e igualitária após o fim do *apartheid* (TAYLOR; WILLIAMS, 2006) tendo ocorrido,

inclusive, a expansão das empresas do país para o norte, incentivada por diversos líderes regionais (AHWIRENG-OBENG & MC GOWAN; ALDEN & SOKO, 2005).

Porém, embora seja uma potência regional, o peso econômico internacional da África do Sul é menor quando comparado aos principais países emergentes, o que pode comprometer sua atuação no próprio G20, uma vez que a relevância econômica de um país é um dos aspectos fundamentais em tal instituição. A enorme diversidade cultural, econômica, política e social do continente africano, por sua vez, também é um obstáculo para a África do Sul, uma vez que é impossível que o país consiga defender um único interesse africano tendo em vista a pluralidade destes. Cada país africano aborda de forma distinta questões como a globalização e as políticas neoliberais (BOULLE, 2011), e outro fator que dificulta a atuação africana no G20 – assim como em outras instituições internacionais – é o fato do país não possuir uma tradição diplomática (BISCHOFF, 2003). Esses fatores tornam ainda mais difícil para a África do Sul representar tamanha diversidade de interesses do continente, além de ter que apresentar suas próprias posições sobre tais questões no âmbito do G20. Porém, mesmo diante dos esforços sulafricanos de conciliar os diversos interesses africanos, os próprios países do continente reconhecem que possuem pouca representação no G20, como mostra um comunicado elaborado em 2010 pelo C10<sup>5</sup> sobre o G20:

Nós continuamos preocupados que a África não está adequadamente representada nos principais fóruns internacionais, inclusive o G20. A participação africana não deveria depender de convites *ad hoc* do anfitrião da cúpula do G20. Neste sentido, tomamos nota da recomendação da União Africana que a participação da África seja formalizada no G20. Nós esperamos que a próxima cúpula do G20 estenderá a adesão em conformidade com esta questão (C10 *apud* BOULLE, 2011, p. 137).

Nesta perspectiva de busca por uma maior representatividade da África em fóruns multilaterais, recentemente o presidente Jacob Zuma afirmou que, a despeito de sua relevância, “o G20 não é uma alternativa à ONU ou a outras instituições multilaterais mais representativas” (Zuma, 2012, p. 30). Assim, um dos objetivos da África do Sul no G20 é que a representação africana no G20 seja ampliada, embora reconheça que os países do continente não possuem grande quantidade de recursos quando comparados aos outros membros do grupo (DRAPER; SIDIROPOULOS; LEICHER, 2010). O presidente Jacob Zuma tem afirmado que se o mundo realmente se preocupa com os problemas de subdesenvolvimento, do analfabetismo e da pobreza, os países do G20 deveriam direcionar suas discussões à tentativa de solucionar tais dificuldades enfrentadas pelos países africanos. Zuma também afirmou que não somente os países desenvolvidos, mas também os países em desenvolvimento devem promover parcerias efetivas visando o crescimento e o desenvolvimento do continente africano. Assim, a África do Sul destacou que o continente africano, além de estar engajado com o desenvolvimento sustentável, também está aberto ao livre comércio e aos investidores internacionais. Neste sentido, nas palavras de Zuma, a África deve deixar de ser vista apenas como receptora de ajuda externa para o desenvolvimento (ZUMA, 2011 e 2012).

Ademais, tendo em vista que a maior parte das exportações e dos investimentos sulafricanos é direcionada aos mercados africanos (principalmente ao Zimbábue, ao Moçambique e à Nigéria), a preocupação da África do Sul com a manutenção da estabilidade econômica e política no continente é esperada. Deste modo, as discussões trazidas à tona no G20 acerca do impacto da entrada de capital na África através do Fundo Monetário Internacional (FMI), da ajuda externa dada aos países mais pobres para o desenvolvimento e da elevação da quantidade de financiamento, são de grande interesse para a África do Sul (DRAPER; SIDIROPOULOS; LEICHER, 2010).

Porém, a África do Sul também considera sua participação no G20 como um meio de alcançar interesses econômicos nacionais – principalmente em relação a questões acerca do crescimento econômico, da atração de investimento

5 O C10 é o Comitê de 10 Ministros de Finanças Africanos e Presidentes de Bancos Centrais e Regionais, criado em 2008. É composto por Argélia, Botswana, Camarões, Egito, Quênia, Nigéria, África do Sul, Tanzânia, Banco Central dos Estados da África Ocidental (CBWAS) e Banco Central dos Estados da África Central (CBCAS).

direto estrangeiro de qualidade, do aumento da oferta de emprego, da reforma do quadro regulatório financeiro, da reconfiguração do FMI e das políticas de administração das moedas –, e não apenas para defender os interesses de toda a África. O país declara que sua atuação no G20 ocorre considerando o fortalecimento dos princípios do multilateralismo, a fim de possibilitar que respostas justas e efetivas sejam dadas aos obstáculos apresentados ao comércio mundial.

Outra questão defendida pela África do Sul perante os demais países do G20 está relacionada ao comércio justo que, para o país, só poderá ser alcançado através de reformas econômicas que possibilitem um crescimento rápido e inclusivo dos países mais pobres (ZUMA, 2011), embora essa questão possa apresentar problemas, tendo em vista a adoção de uma agenda neoliberal para a política econômica doméstica. Neste sentido, o país aponta que a conclusão da Rodada de Doha deve ser tomada como prioridade na agenda do G20 a fim de que os países considerados em desenvolvimento possam ter acesso aos mercados dos países desenvolvidos sem restrições (ZUMA, 2011). Em consequência disso, o G20 chegou a abordar a questão do desenvolvimento em uma de suas declarações finais e estabeleceu a criação de um grupo de trabalho responsável por lidar com o assunto, mas nenhuma outra medida foi elaborada. A África do Sul também tem apoiado o fortalecimento do multilateralismo como sendo mais uma tentativa de aumentar a participação dos países africanos nos assuntos e nas instituições internacionais; não obstante, o G20 tem focado suas discussões atualmente em questões relacionadas à crise financeira internacional, não dando atenção suficiente à questão da representatividade africana (KWOK; FITZGERALD; DEMNERI, 2010).

Com a crise financeira de 2008, um dos principais interesses da África do Sul no G20 passou a ser a busca pela obtenção de garantias de que os países desenvolvidos iriam adotar medidas capazes de restabelecer o crescimento econômico, ou seja, possuir a certeza de que as medidas elaboradas na Cúpula de Washington seriam aplicadas de maneira eficaz. Por outro lado, o setor financeiro sul-africano tem um papel de grande importância para a economia do país e, por isso, o governo preocupa-se com as recomendações e padrões considerados válidos para o gerenciamento de tal setor. Neste sentido, a criação do *Financial Stability Board* (FSB) e o reforço do papel de supervisão do FMI foram medidas consideradas favoráveis à África do Sul, além da garantia de permanência do acesso ao financiamento não só para o país, mas também para as outras economias do continente africano (DRAPER; SIDIROPOULOS; LEICHER, 2010). Pode-se notar que a África do Sul apresenta considerável preocupação em adotar as medidas propostas tanto pelo G20 quanto pelo FSB (Financial Stability Board, 2012), buscando um gatilho econômico que possa estabilizar e impulsionar sua economia em um momento marcado por baixas taxas de crescimento em todo o mundo.

A África do Sul não somente apoiou a iniciativa do Canadá, da Austrália e da Índia no que se refere à adoção de reformas financeiras para cada país, como também estreitou seus laços com o governo indiano e com o governo brasileiro (WOLVERSON, 2010). Na cúpula do G20, em Cannes, a África do Sul defendeu a reforma do FMI relacionada à maior participação dos países emergentes em seu sistema de cotas, a necessidade imediata de reformas na governança global, o aumento do crescimento econômico, dos empregos e da infraestrutura para o desenvolvimento, posição semelhante à dos BRICS e também assumida em los Cabos, 2012. Porém, um dos principais objetivos do país foi destacar novamente a necessidade de ajuda externa para a promoção do desenvolvimento do continente africano, enquanto que um correspondente do presidente sul-africano afirmou que defenderia na cúpula a elaboração de um plano capaz de promover o crescimento dos países emergentes (SUSAK, 2011), evidenciando novamente o desafio do país em conciliar seus próprios interesses com os de toda a África.

## Considerações finais

Assim sendo, diante de duas grandes questões complexas que caracterizam o multilateralismo sul-africano, ou seja, a questão da representatividade africana pela África do Sul no G20 e a questão da defesa e crítica dos princípios neoliberais e as consequências disto, a discussão a respeito das possibilidades que são apresentadas ao país merecem ser destacadas. Pode-se considerar que uma das soluções para estes desafios da política externa sul-africana pode ser encontrada no âmbito do G20. Considerando-se que o G20 é uma das principais instituições

econômicas internacionais da atualidade e que tem passado até mesmo por uma relativa extensão de seu mandato ao incorporar a agenda de outras instituições, a África do Sul poderia utilizar sua participação neste fórum como um meio de equilibrar os problemas apresentados por seu próprio multilateralismo.

Uma das principais ações possíveis para a África do Sul no âmbito do G20 seria aumentar sua participação na formulação da agenda das cúpulas do grupo, o que permitiria ao país focar em suas metas de longo prazo, ao mesmo tempo em que busca alcançar alguns de seus objetivos de curto e médio prazo. Assim, a África do Sul deveria buscar por pontos de convergência entre os objetivos dos países emergentes no G20 e suas prioridades nacionais. De alguma maneira isso já vem sendo feito na medida em que se percebe certa aproximação entre a África do Sul e os BRICS – como por exemplo no tocante às discussões acerca do aumento dos recursos do FMI, em especial na cúpula de los Cabos (Kirton, 2012), ou na afirmação do Presidente Zuma de que “o G20 contribuiria para o multilateralismo agindo como um construtor de consenso” (Zuma, 2012, p. 30). A influência sul africana na agenda do G20, mas também de todos os países emergentes, adquire uma importância ainda maior se considerarmos que esta agenda ainda é fortemente influenciada pelos países do G7 que, embora reconheçam o destaque do G20, não consideram muitas das maiores preocupações dos países emergentes do grupo ao formular sua própria agenda (TALYOR; WILLIAMS, 2006).

Desta maneira, além de buscar aumentar seu poder de influência dentro do G20, a África do Sul deveria direcionar seus esforços para resolver os problemas que suas diferentes posições sobre o neoliberalismo podem causar para sua política externa e para sua atuação em instituições multilaterais, principalmente os problemas relacionados à perda de legitimidade e dificuldades de concluir acordos, seja com países do Norte ou do Sul. A África do Sul, porém, está presa entre o desejo de ajudar o continente, dados os problemas observados na África Austral que trazem consequências domésticas, e de não demonstrar internacionalmente que domina a região. Assim, o país é aparentemente relutante em assumir o papel de liderança regional e hesita em envolver-se, por exemplo, em operações africanas de apoio à paz (MILLS, 1997).

Mesmo que representar toda a África seja um grande desafio para a África do Sul, o país deve buscar uma convergência mínima de interesses no continente, o que resolveria alguns dos problemas relacionados a esta questão e também aumentaria sua liderança regional. Não há dúvida de que a África do Sul está lidando com inconsistências na sua política externa. Apesar de tentar adotar uma postura de liderança regional, ao mesmo tempo, a África do Sul tenta manter-se fiel ao ideário africano de solidariedade. Este pode ser considerado um ato de equilíbrio difícil e que o país está lutando para manter.

## Referências bibliográficas

- ALDEN, Chris; SOKO, Mills. South Africa's economic relations with Africa: hegemony and discontent. *Journal of Modern African Studies*, v. 43, n. 3, 2005, p. 367-392. Disponível em: <[http://www.mthente.co.za/resources/academic-articles-written-by-mthente-and-associates/AldenandSokoJournalArticle\\_PDF.pdf](http://www.mthente.co.za/resources/academic-articles-written-by-mthente-and-associates/AldenandSokoJournalArticle_PDF.pdf)>. Acesso em: 26 mar. 2012.
- All over the place: South Africa is joining the BRICs without much straw. *The Economist*, Johannesburg, 24 mar. 2011. Disponível em: <<http://www.economist.com/node/18447027>>. Acesso em: 04 abr. 2012.
- BISCHOFF, Paul-Henri. External and domestic sources of foreign policy ambiguity: South African foreign policy and the projection of pluralist middle power. *South African Association of Political Studies*, v. 30, n. 2, 2003, p. 183-201. Disponível em: <<http://www.africabib.org/http.php?RID=280502788&DB=p.>>. Acesso em: 15 jun. 2012.
- BOULLE, Laurence. The Republic of South Africa and the G20: Its Political, National Interests and Priorities as Member of the Process. In: HOFMEISTER, Wilhelm; VOGT, Susanna. *G20 – Perceptions and Perspectives for Global Governance*. Cingapura: Konrad Adenauer Stiftung, 2011, p.135-146.
- DANIEL John, NAIDOO Varusha, NAIDU Sanusha. *Post-Apartheid South Africa's Corporate Expansion into Africa*. Traders: African Business Journal, n.15, Ago- Nov, 2003. Disponível em: <<http://www.sarpn.org/documents/d0000556/index.php>>. Acesso em: 21 jun 2012.

- DRAPER, Peter; SIDIROPOULOS, Elizabeth; LEICHER, Keri. *South Africa's objectives at the G20*. Berlim: Konrad Adenauer Stiftung, 2010. Disponível em: <[http://www.kas.de/wf/doc/kas\\_19454-544-2-30.pdf?100428135605](http://www.kas.de/wf/doc/kas_19454-544-2-30.pdf?100428135605)>. Acesso em: 25 mar. 2012.
- Financial Stability Board. *South Africa: Progress in the implementation of G20/FSB recommendations*. Disponível em: <[http://www.financialstabilityboard.org/publications/r\\_120619rr.pdf](http://www.financialstabilityboard.org/publications/r_120619rr.pdf)>. Acessado em: 02 jul. 2012.
- KIRTON, John. *The los Cabos summit's strong start*. 2012. Disponível em: <http://www.g8.utoronto.ca/g20/analysis/120619-kirton-start.html>. Acesso em: 25/06/2012.
- KWOK, Augustine; FITZGERALD, Erin; DEMNERI, Netila. *2010 Canada Summit Expanded Dialogue Country Assessment Report*. G8 Research Group, 2010. Disponível em: <<http://www.g8.utoronto.ca/evaluations/index.html>>. Acesso em: 25 mar. 2012.
- MANDELA, Nelson. *South African Foreign Policy*, Foreign Affairs, Nov/Dez, 1993, p. 89. Disponível em: <<http://www.foreignaffairs.com/author/nelson-mandela>>. Acesso em 21 jun. 2012.
- MILLS, Greg. *Leaning All Over the Place? The Not-so-new South Africa's Foreign Policy*. In: Hussein Solomon (Ed.). *Fairy-Godmother, Hegemon or Partner? Search of a South African Foreign Policy, 1997*. Disponível em: <<http://www.iss.co.za/Pubs/Monographs/No13/Mills.html>>. Acesso em: 04 abr. 2012.
- PETRÉ, Christine. *South Africa's Janus-faced Foreign Policy*. *ThinkAfrica Press*, 08 dez. 2011. Disponível em: <<http://thinkafricapress.com/south-africa/janus-faced-foreign-policy>>. Acesso em: 04 abr. 2012.
- SIDIROPOULOS, Elizabeth. *South Africa's foreign policy in the post-Mbeki-era*. Berlim: Konrad Adenauer Stiftung, 2009, p. 127-132.
- SUSAK, Aleksandra. *The BRICS at the G20 Cannes Summit*. BRICS Information Centre, 2011. Disponível em: <<http://www.brics.utoronto.ca/reports/111130-leaders-as.html>>. Acesso em: 25 mar. 2012.
- TAYLOR, Ian; WILLIAMS, Paul D. *Understanding South Africa's Multilateralism*. In: LEE, Donna; TAYLOR, Ian; WILLIAMS, Paul D. *The New Multilateralism in South African Diplomacy*. New York: Macmillan, 2006. p.1-21.
- WOLVERSON, Roya. *The G20's Twenty Agendas*. *Council on Foreign Relations*, New York, 24 jun. 2010. Disponível em: <<http://www.cfr.org/economics/g20s-twenty-agendas/p22542>>. Acesso em: 25 mar. 2012.
- ZUMA, Jacob. *The heat is on: challenges ahead for Durban forum*. G8 Information Centre, 2011. Disponível em: <<http://www.g8.utoronto.ca/newsdesk/deauville/g8deauville2011-zuma.html>>. Acesso em: 25 mar. 2012.
- \_\_\_\_\_. *South Africa's philosophy of interconnectedness. G20: The Mexico summit*. London: Bouxton Press, 2012.

## Resumo

A proposta do artigo é apresentar os problemas gerados pelas diferentes posições assumidas pela África do Sul no que concerne às questões econômicas internacionais para, posteriormente, abordar sua atuação no G20, enfatizando a questão representacional do continente africano no âmbito do G20.

## Abstract

This article aims at presenting the problems generated by the different positions assumed by South Africa concerning the international economy. After that, it will be discussed South African role in G20, emphasizing the representation issue of the African continent in the G20.

**Palavras-chave:** África do Sul; G20; questão representacional

**Keywords:** South Africa; G20; Representational issue

Recebido em 02/07/2012

Aprovado em 23/08/2012